

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, CONSUMO E VALORAÇÃO SOCIAL¹²

Beatriz Judice Magalhães³

Resumo: A partir de cinco entrevistas com catadores de materiais recicláveis, são realizadas reflexões a respeito das relações entre catadores, consumidores e sociedade brasileira num contexto mais geral. Tendo em vista acontecimentos como a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2001) e a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), buscamos trazer à tona questões relacionadas à ascensão do paradigma ambiental, preconceitos historicamente sofridos pelos catadores e as possibilidades de reconhecimento e valorização do seu trabalho.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis, sociedade brasileira, liminaridade.

Abstract: Starting from five interviews with pickers of recyclable materials, considerations are made about the relationship between pickers, consumers and Brazilian society in a broader context. Having in account events like the creation of the National Movement of Recyclable Materials (2001) and the approval of the National Solid Wastes (2010), we seek to bring out issues related to the rise of environmental paradigm, prejudices suffered by pickers and possibilities of recognition and appreciation of their work.

Keywords: Waste pickers, Brazilian society, liminality

¹ Trabalho apresentado no XVI Seminário Sobre a Economia Mineira- Diamantina, 16 a 20 de setembro de 2014; Área: Economia

² Trabalho realizado a partir de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG, que originou a dissertação “Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira”, sob orientação da Prof^a Deborah de Magalhães Lima e defendida em junho de 2012. Uma versão reduzida deste texto foi publicada com o mesmo título na Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 20, n. I, janeiro-junho 2013.

³ Pesquisadora do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG).

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, CONSUMO E VALORAÇÃO SOCIAL

Beatriz Judice Magalhães

No meio das coisas jogadas fora pela cidade vivia uma população de pessoas, elas também jogadas fora, postas à margem, ou então pessoas que tinham se jogado fora por vontade própria, ou que tinham se cansado de correr pela cidade para vender e comprar coisas novas destinadas a envelhecer imediatamente; pessoas que tinham decidido que somente as coisas jogadas fora eram a verdadeira riqueza do mundo. (Ítalo Calvino)

Passíveis, se quisermos, de receberem o mesmo olhar poético que é remetido pelo escritor na epígrafe acima, os catadores de materiais recicláveis, categoria longevamente presente nas grandes e pequenas cidades brasileiras, se constituíram como executores de seu ofício não por opção, mas por necessidade de sobrevivência. A organização da categoria existente atualmente, que pode ser observada em entidades como a Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte) e o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) não oblitera o fato de estas pessoas, em sua grande maioria, serem original e ainda atualmente trabalhadores que catam materiais recicláveis como uma das únicas alternativas disponíveis para a sobrevivência através do trabalho (DIAS: 2002a). Essa mesma organização tampouco transcende uma realidade que se faz presente de forma maciça nas nossas cidades: a de catadores que trabalham sozinhos, sem pertencerem a alguma associação, cooperativa ou movimento, e que, portanto, se encontram mais expostos às chamadas situações de vulnerabilidade social, como a falta de moradia, bem como a situações de restrição de poder de barganha em negociações com os atravessadores, para quem o material catado é vendido.

O que mais bem agrupa essas pessoas, assim, é o fato de exercerem a atividade de catação como alternativa às restritas opções que lhes são oferecidas pelo mercado de trabalho. Essa é a característica comum que reúne esses homens e mulheres que, através de um olhar mais atento, deixam de ser “invisíveis” e passam ser percebidos também

nas suas individualidades: a maioria exerce a atividade da catação em tempo integral e há vários anos, desde a infância; muitos começaram a catar o material ainda com os pais, continuando a exercer a atividade na vida adulta; há, no entanto, também os que são catadores em fases intermitentemente intercaladas com outros trabalhos, ou aqueles que se consolidaram na atividade há pouco tempo, optando por ela em relação a trabalhos já exercidos anteriormente.

Se, de um lado, a situação que os catadores vivem pode ser lida em termos que dizem respeito à fragilidade e à vulnerabilidade, sob outro ponto de vista observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria. Essa capacidade traz implicações únicas simultaneamente nos planos social, econômico e ambiental, a saber: 1) o fato de o lixo/material reciclável a ser transformado em mercadoria cristalizar as relações sociais entre as pessoas e das pessoas com ele próprio; 2) o fato de, uma vez tirado do seu “destino” de descarte pelo catador, o material ter seu *status* transformado de “lixo” a algo que tem valor econômico; 3) o fato de essa reorientação no destino do material promover benefícios ecológicos para a natureza e para a sociedade.

1- Reflexões metodológicas

Os catadores que são vistos nas ruas puxando seus carrinhos são, em geral, figuras solitárias, que transitam pelos espaços da cidade cruzando por vários de seus habitantes, mas, não obstante, como também ocorre com outras categorias que cuidam da limpeza desses espaços, como faxineiros e lixeiros, acabam adquirindo uma “invisibilidade” (FREITAS: 2005: 80) para muitos.

Essa “invisibilidade” está associada a um incômodo relacionado aos preconceitos e à marginalização sofridos pelos catadores, relatados e documentados historicamente. Como se verá mais adiante, esses trabalhadores muitas vezes são ou foram considerados indesejáveis por segmentos da população e também do poder público. A proximidade física existente entre eles e as demais pessoas que transitam diariamente pelas ruas é subordinada a um forte distanciamento oriundo das fronteiras

sociais e econômicas erigidas histórica e culturalmente. Essa situação constitui um exemplo claro para a reflexão de Gilberto Velho⁴, que afirma:

O que sempre **vemos** e **encontramos** pode ser familiar mas não é necessariamente **conhecido** e o que não **vemos** e **encontramos** pode ser exótico mas, até certo ponto, **conhecido** . (VELHO: 2008: 126)

Dessa forma, importa destacar que o trabalho aqui realizado se insere no âmbito da Antropologia Urbana, ramo de estudo que, ao se constituir como campo de pesquisa que elabora uma reflexão na sua própria sociedade de origem, se depara com a tarefa de “estranhar o familiar” (DAMATTA: 1978). No entanto, como afirma Gilberto Velho na passagem acima, a realização, por parte do pesquisador, da observação participante em um ambiente familiar, como a sua própria cidade, não implica, necessariamente, um conhecimento maior do objeto de estudo do que ocorreria em uma sociedade diferente.

Quando pensamos na cidade como ambiente múltiplo, espaço máximo da diversidade, a impossibilidade de conhecimento prévio, por parte do pesquisador, de estilos de vida diversos do seu fica ainda mais latente. Embora o pesquisador e o grupo a ser estudado habitem o mesmo ambiente urbano, muitas vezes as relações com esse ambiente ocorrem de forma diversa, chegando mesmo, ainda de acordo com Gilberto Velho (2008), a constituir mundos distintos. Segundo o autor, não há garantia de uma “maior proximidade” entre esses indivíduos em relação a pessoas que venham de sociedades diferentes (Velho: 2008: 124). Daí, abrem-se as possibilidades para que o pesquisador que trabalha dentro da sua sociedade de origem tenha sensações de estranheza e inclusive de choque cultural comparáveis àquelas tradicionalmente conhecidas em lugares “exóticos” sob o nosso ponto de vista. (Velho: 2008: 127)

Essa situação acontece, por exemplo, quando pesquisador e grupo pesquisado pertencem a diferentes classes sociais. Quando pesquisa grupos marginais na sociedade, o pesquisador se defronta com pessoas que, embora habitem o mesmo espaço, podem ter visões de mundo e viver sob regras distintas da sua. A apreensão dessas particularidades, embora seja, muitas vezes, um processo difícil e descontínuo, é de extrema importância para o entendimento do ambiente e das relações sociais específicos ao grupo de estudo, e pode, também, ser bastante útil na redefinição de uma

⁴ Para uma análise mais recente de contribuições no campo da Antropologia Urbana, ver Frúgoli Jr. (2005).

visão mais *macro* da sociedade. Em outras palavras, o paradigma de pesquisa no meio urbano aqui mencionado é aquele que considera os indivíduos como “intérpretes de mapas e códigos socioculturais, enfatizando-se uma visão dinâmica da sociedade e procurando-se estabelecer pontes entre os níveis micro e macro” (VELHO: 2003: 16).

A necessidade da construção dessas *pontes teóricas* é corroborada por Lanna (1995:31) que enfatiza a indispensabilidade do reconhecimento da interdependência entre o nível de relações local e o mais geral. Segundo o autor, a tradicional ênfase dada, em relação ao primeiro nível, pelos antropólogos, e aquela fornecida ao segundo nível pelos economistas constituiriam uma dicotomia que obscureceria o caráter de reciprocidade (e não de unilateralidade, como se costuma abordar) das relações entre os níveis. Nessa perspectiva, o presente trabalho constitui parte do esforço de recompor essas ligações, que, sem dúvida, podem lançar luz sobre importantes aspectos das realidades estudadas.

O estudo aqui proposto constitui um exemplo de como podem ocorrer essas apreensões simultâneas dos níveis micro e macro. Por um lado, o estudo aprofundado dos catadores de materiais recicláveis pode elucidar aspectos não conhecidos, no sentido mencionado por Velho, da maneira como ocorre a reprodução do seu modo de vida. Por outro lado, uma investigação a respeito das relações do grupo com a sociedade pode trazer à tona questões importantes concernentes às regras, códigos e valores sociais, vale dizer, num nível mais macro.

Nesse sentido, procuramos, aqui, realizar um estudo que busque fornecer subsídios para o maior entendimento de questões como as seguintes: existe uma forte percepção dos catadores de ocorrência de preconceitos por parte da sociedade? Do ponto de vista dos catadores, existe um desejo manifesto de inclusão na sociedade? Há, em relação aos últimos anos, a percepção de uma mudança positiva na forma pela qual a sociedade vê o grupo? Quais são as principais demandas desses trabalhadores junto à sociedade em geral e a algumas de suas instâncias específicas, como governos e setores empresariais?

Ao mesmo tempo, também buscamos lançar luz à forma pela qual os catadores lidam com o trabalho e com o material coletado, procurando observar se há, por parte

dos entrevistados, uma consciência dos serviços prestados à sociedade e uma necessidade e reivindicação do reconhecimento desses serviços.

As observações empíricas doravante mencionadas foram obtidas em pesquisas de campo realizadas entre agosto de 2010 e fevereiro de 2012, em Belo Horizonte. A pesquisa teve início durante o CATAFORTE, curso de capacitação dos catadores promovido pelo governo federal e executado, em Belo Horizonte, pelo INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável), em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a Fundação Banco do Brasil (FBB). Ao longo de 2011, foi realizado um trabalho de campo em diversos eventos cujo público principal era também constituído por catadores, a saber: o “Seminário Regional sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a constituição de redes de organizações de catadores”, o “Encontro Estadual por uma Minas com Coleta Seletiva e Inclusão Sócio-produtiva dos catadores”, a Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em Minas Gerais, e o 10º Festival Lixo e Cidadania.

Durante os eventos mencionados, pude realizar quatro entrevistas com catadores presentes, três deles lideranças da categoria em Minas Gerais: dona Geralda, 61 anos, uma das fundadoras da Asmare; Madalena, 50 anos, natural de Itaúna; e Gilberto, 37 anos, catador oriundo de Contagem; os dois últimos são líderes do MNCR. Entrevistei ainda Cleide, uma catadora de Justinópolis, cujo ingresso na atividade na reciclagem é recente, tendo ocorrido há dois anos. Já a entrevista com Alair, catador de 33 anos oriundo de Santa Luzia que trabalha sozinho na capital mineira foi realizada nas ruas de BH. As cinco entrevistas constituem o principal foco de análise empírica do artigo, que busca, também, traçar um panorama contextual a respeito dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, com destaque para Belo Horizonte e seu entorno.

É importante mencionar que o coletivo que aqui denominamos “catadores” não constitui um grupo “localizado” geograficamente, e, assim, tampouco é um agrupamento de pessoas que se conhecem umas às outras e trabalham ou vivem no mesmo ambiente. Dessa maneira, estando presentes em espaços não necessariamente contíguos, ultrapassam os limites das tribos localizadas características da antropologia clássica, para citar Rial (2003: 74).

Nesse sentido, o trabalho de campo realizado possibilitou, além das entrevistas mencionadas, o contato com catadores de diversas cidades e regiões, os quais, conquanto vivenciem contextos em algum grau diversos, partilham de experiências e situações muitas vezes essencialmente semelhantes; assim, se constituem como categoria na medida em que se reúnem para participar de cursos de capacitação e eventos de mobilização e reivindicação de direitos junto à sociedade e ao poder público.

2- A constituição de uma categoria

A busca da sobrevivência através da catação e revenda de materiais descartados é atividade presente há várias décadas nas grandes e pequenas cidades brasileiras. Se nos voltarmos mais a fundo para o caso de Belo Horizonte, registros históricos apontam que os catadores já atuavam na cidade pelo menos desde década de 1930 (DIAS: 2002: 44). Cabe mencionar que, até 1975, ano em que foi criado o Aterro Sanitário da cidade, o lixo era depositado em uma das chamadas “bocas de lixo”, no Morro das Pedras. A partir desta data, ainda segundo Dias (2002a), “a catação de recicláveis na cidade passa a ter no espaço da rua o seu lócus privilegiado” (idem).

A autora (2002; 2002a) descreve também a ocorrência, no período de 1979 a 1992, das “operações limpeza” promovidas pelos fiscais da prefeitura, que eram tentativas de expulsar os catadores das ruas da cidade, confiscando seus materiais e promovendo a intimidação dos trabalhadores. Cabe lembrar que os catadores não dispunham de galpões ou outros locais para realizar a separação do material, a qual, portanto, era realizada nas ruas. As tentativas sucessivas de retirada dos catadores das ruas da cidade, bem como a promoção de uma imagem do catador como marginal (Dias: 2002: 53) são ações que demonstram a existência, no período, de uma relação altamente conflituosa entre o segmento e o poder público municipal.

No entanto, a situação dos catadores de Belo Horizonte passou por uma forte transformação com a fundação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, a Asmare. Freitas (2005) e Dias (2002) descrevem o processo de fundação da Associação como uma reação à marginalização e criminalização impostas pela sociedade e pelo poder público. A partir de um trabalho empreendido pela Pastoral de Rua, que visava resgatar junto ao grupo as dimensões da

dignidade e da cidadania (DIAS, 2002; FREITAS, 2005), um grupo de catadores organizou um movimento de mobilização pelo “reconhecimento do trabalho do catador enquanto categoria profissional, tanto pelo poder público como pela população” (DIAS, 2002: 58), que culminou com a fundação da Asmare, em 27 de abril de 1990, inicialmente com 10 associados.

Podemos afirmar, então, que a criação da Asmare fundamenta a conquista do grupo pelo direito ao seu trabalho, tendo possibilitado, ainda, uma série de outras conquistas importantes: a construção do galpão-sede da associação, na avenida do Contorno, em 1992; um convênio com a prefeitura para a manutenção do galpão, no mesmo ano; o reconhecimento formal, por parte da prefeitura, da Asmare como parceira prioritária da coleta seletiva em Belo Horizonte, em outubro de 1993.

As lutas e demandas semelhantes provenientes de muitas associações e cooperativas de catadores (a Asmare foi a terceira associação de catadores a surgir no Brasil⁵) levaram a discussões em torno da ideia de se criar um movimento nacional dos catadores. Em 1999, foi realizado, precisamente em Belo Horizonte, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Papel. Em 2001, surgiu oficialmente o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), graças à articulação, em nível nacional, de demandas comuns e lutas por direitos em diversas partes do país, relativas ao reconhecimento, e à valorização, pela sociedade em geral e pelo poder público em especial, dos serviços prestados pelos catadores.

Hoje, de acordo com informação prestada por Gilberto, o MNCR estima que haja cerca de um milhão de catadores no Brasil, dos quais 187 000 integram o movimento. O MNCR busca, dentre os seus objetivos mais gerais, a valorização dos catadores, a autogestão e o controle da cadeia da reciclagem (MNCR: 2012)⁶.

⁵ De acordo com Dias (2009), as primeiras associações de catadores surgidas no país, foram, respectivamente, a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, em 1986, e a COOPAMARE, de São Paulo, em 1989; analogamente à Asmare, tais associações foram criadas a partir de trabalho sociopedagógico com catadores por parte de organizações da Igreja Católica.

⁶ Em Magalhães (2012) mostramos que a criação do MNCR e o processo de reivindicação por demandas e direitos a ela relacionados são fatores importantes para a ocorrência de, no período 2003-2011, importantes desdobramentos para os catadores no âmbito das políticas públicas em nível federal, estadual e municipal.

3- Dos catadores de lixo aos catadores de materiais recicláveis

Diante dos acontecimentos mencionados, note-se, também, que nas entrevistas com as lideranças de organizações, Dona Geralda, Madalena e Gilberto, a enumeração de dois tempos, um mais antigo, em que os catadores eram marginalizados pública e oficialmente, e um mais recente, em que a atividade do catador passa a ser mais valorizada e ele é considerado parceiro do poder público é evocada recorrentemente:

Eu comecei a catar papel com oito anos de idade, né. Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo, ninguém tinha visão de meio-ambiente, ninguém nem sabia o que era o meio-ambiente. E a gente conseguiu achar alternativa de trabalho foi no material reciclável.

(A situação do catador) é melhor hoje do que quando eu comecei, né... Mas precisa ser muito mais melhorada ainda.

(A relação com a prefeitura hoje) é boa. A gente hoje é parceiros, né, graças a Deus. Hoje é parceria. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

(A situação do catador) melhorou muito. Mas também cabe a nós ter muita responsabilidade com os resíduos. Assim, a gente hoje é reconhecido, as cooperativas estão organizadas, as associações...Nós tem o conhecimento, já temos, né dentro da própria lei estadual, que dispensa a licitação pra essas cooperativas e associações de catadores...Muita coisa foi conquistada. Mas muita ainda tem que ser conquistada, e muitas lutas virão, e a gente tem que estar atento por elas, por esses desafios. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011).

(O catador, aos poucos) vai sendo mais reconhecido, o pessoal dá serviço, a sociedade vai tendo outra visão, passa a ter outra visão do catador...Porque antigamente tinha uma visão muito ruim: “Ah, aquele cara ali, ah aquele é um ladrão, aquele é isso, é aquilo”, uma visão negativa... E hoje, não vou falar todas as pessoas, toda a sociedade...Mas quem convive com o catador organizado já mudou esse conceito, aí vê que os caras trabalham, passa a conhecer as pessoas, cria vínculo com os catadores. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

De um modo geral, a situação do catador é hoje, como podemos ver acima, vista pelos entrevistados como melhor do que aquela do passado, tanto no que se refere às políticas públicas como no que diz respeito ao reconhecimento por parte da sociedade.

No entanto, a ideia de que os preconceitos em relação aos catadores teriam diminuído sensivelmente ao longo dos últimos anos não aparece de forma consensual nas entrevistas. Embora nas falas de Dona Geralda, Madalena e Gilberto tenha sido

relatada uma melhora em relação a tais preconceitos, na entrevista com Cleide houve uma ponderação em relação à questão:

Tem assim, tá dividido...Tem certos locais que nós vamos, igual assim, a gente tem condomínios, tem escolas... Um grupo de pessoas te apoia, outros já olham a gente com um ar assim meio de desdém, ainda, sabe, reprovando... (...)

Aí a gente tá esperando, né, vê se a gente consegue ou se sai o nosso galpão. (...) O projeto saiu, saiu até no jornal, o local (...) a comunidade não aceitou, falou que não queria o pessoal de lixão, prostituta, ladrão, traficante, chamaram a gente assim: “Ah não, vai vir prostituta, vai vir ladrão, maconheiro, a gente não quer esse bando de lixeiro aqui não...” (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

A afirmação referida por Cleide reflete a prevalência de preconceitos em relação aos catadores, cuja presença seria indesejada por parte da comunidade (“chamaram a gente assim: “a gente não quer esse bando de lixeiro aqui não’ ”). Assim, o passado descrito por Dona Geralda (“Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo”) se mostra, aqui, presente. Além do mais, é interessante mencionar a seguinte fala de Alair (ainda não citada): “Eles falam que catar material não é trabalho, mas eu acho que é trabalho sim”, em que existe a indicação de um juízo negativo a respeito da atividade da catação por parte de alguém ou algum grupo para quem “catar material não é trabalho.”

Os preconceitos manifestados por diversos indivíduos/ instâncias da sociedade em relação aos catadores são, então, muitas vezes, referentes a uma associação desses trabalhadores ao lixo na acepção de algo sujo, descartável, que incomoda. Assim, paradoxalmente, os catadores, em parte responsáveis pela limpeza das ruas e pela redução do lixo, são considerados “sujos”. Exemplos disso são as já referidas “operações-limpeza”, realizadas pela SLU (Superintendência de Limpeza Urbana) de Belo Horizonte no passado, bem como as denominações pejorativas de “lixeiro” recebidas por catadores relatadas em diversos trabalhos de campo (ver, por exemplo, Freitas: 2005).

No entanto, muitas vezes são os catadores que se percebem como realizadores de atividades que promovem a limpeza, e, associada a ela, a preservação do meio-ambiente. Durante o trabalho de campo, foi possível perceber que esse papel é assumido e, ainda, reivindicado, muitas vezes de maneira a colocar os catadores em oposição a segmentos da população que não se preocupam com a coleta seletiva.

Assim, nos casos aqui analisados, indagamo-nos se, ao classificar os catadores através dos rótulos acima mencionados, os sujeitos não colocam seus preconceitos derivados da clivagem socioeconômica da sociedade bem como da aversão ao “lixo” e à “sujeira” acima do significado real da atividade dos catadores. Essa hipótese, caso confirmada, nos anuncia a existência do seguinte paradoxo: os que limpam são considerados sujos pelos próprios principais geradores dos resíduos. A existência desse esquema organizativo nos remete fortemente às ideias de Mary Douglas (2010), que enfatiza o papel dos sistemas simbólicos na elaboração dos esquemas ordenadores relativos à limpeza e à sujeira, inclusive nas sociedades contemporâneas. Para a autora, é necessário que abstraíamos as noções de higiene e patogenia do nosso conceito de *sujeira* para conseguirmos visualizar que, embora tais noções ajam ativamente para que algo seja considerado sujo, há, ainda, a atuação de um outro componente: a ordem das coisas.

Dessa maneira, fazendo a abstração mencionada, a sujeira pode ser entendida como “um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados” (Douglas: 2010: 50). Assim, dentro da lógica organizativa segundo a qual o que se descarta é lixo, por definição, *sujo*, estabelece-se que quem trabalha com esse material é também “sujo”. Cabe aqui lembrar, por exemplo, o próprio nome das ações do Serviço de Limpeza Urbana de Belo Horizonte que visavam despejar os catadores das ruas da cidade: “operações limpeza”, uma denominação bastante sugestiva nesse sentido.

Dessa maneira, o histórico de marginalização é permeado pela associação recorrente dos catadores ao “lixo”, quase sempre de forma negativa, tanto por parte de indivíduos diversos como, também, por instituições, muitas ligadas ao próprio poder público. Como a marginalização pode ocorrer, ainda, pelo fato de eles lidarem com resíduos, e o nome “catadores de lixo” adquirir, para muitos membros de classes de maior poder aquisitivo, conotação pejorativa, é emblemático e não trivial o fato de vários catadores organizados se autodenominarem “catadores de material reciclável”, tendo batizado a principal organização nacional da categoria de “Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis”. A preocupação parece estar presente também, nos catadores de rua não organizados em cooperativas ou associações. Assim, na entrevista realizada com Alair, observei que ele só mencionou a palavra “lixo” quando

se referira ao lixo não-reciclável (orgânico). Quando utilizei o termo “lixo reciclável”, notei ter causado certo desconforto no meu interlocutor. Abaixo transcrevo o trecho da entrevista:

Alair: A reciclagem eles coloca na quarta. E os lixo comum eles coloca segunda, terça, quarta, sexta, aí vai.

Eu: Mas aí na Savassi você pega o lixo reciclável ou pega no comum?

Pego reciclado.

Como podemos perceber, o entrevistado não utiliza os termos “lixo reciclável” ou “lixo reciclado”, mesmo quando um deles aparece na pergunta. No momento em que fiz a indagação observei um certo desconforto por parte de Alair, pois, mesmo já sabendo de antemão que os catadores se auto-denominam “catadores de material reciclável”, eu não imaginava que a simples menção do termo lixo fosse ser apreendida pelos entrevistados com o incômodo observado. Em vista disso, durante as demais entrevistas, já tendo conhecimento desse desconforto, evitei a palavra “lixo”.

Ainda assim, o incômodo dos entrevistados com a utilização recorrente do termo por parte de várias pessoas/ segmentos da sociedade parece ser tão grande que, durante as falas, foram realizadas correções e observações a respeito:

Na verdade, tem uma coisa que o pessoal usa muito, que é falar essa palavra lixo. Não é lixo, é material reciclável. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Não é lixo, né?...Não existe lixo. Eu falo que, se fosse lixo, eu não tinha criado nove filhos, não tava aí até hoje trabalhando, né? Então, não é lixo. É matéria que sai extraída da natureza e que as pessoas não dá o destino correto pra elas. Nós dá esse destino há muitos anos. Nós sabe como fazer isso. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

A fala de Gilberto originou-se de uma observação minha a respeito da coleta seletiva, na qual, ressaltado, não mencionei a palavra “lixo”. No caso de dona Geralda, conversávamos a respeito do trabalho dos catadores quando surgiu o reparo. Assim, embora não tenham se originado como resposta direta à utilização do termo, as observações de ambos podem ser interpretadas como reações a colocações feitas recorrentemente em relação a essa terminologia, muitas vezes de forma pejorativa, e que são, sob o seu ponto de vista, errôneas. Uma das conclusões interessantes a que chegamos, então, é que, do ponto de vista dos catadores, o material coletado não é

considerado lixo. As denominações utilizadas por eles para o material, de acordo com o que se pôde observar, são “reciclagem”, “reciclado” ou “material (is) reciclável (is)”. Este último termo é o mais utilizado oficialmente pelos grupos de catadores nas reivindicações e eventos dos quais participei, tendo sido, inclusive, o termo escolhido para ser incorporado ao próprio nome do movimento.

Para refletir a respeito dessa preocupação, transcrevemos abaixo as definições do termo *lixo* que constam em dois dos principais dicionários do português brasileiro:

Lixo: 1- qualquer objeto sem valor ou utilidade ou detrito oriundo de trabalhos domésticos, industriais etc. que se joga fora 2- recipiente próprio para acondicionar lixo 3- coisa ordinária, malfeita, feia 4- pessoa sem qualquer dote moral, físico ou intelectual 5- a camada mais baixa da sociedade; escória, ralé (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: 2001)

Lixo: [De or. obscura] S.m. 1. Aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua, e se joga fora; entulho. 2. P. ext. Tudo o que não presta e se joga fora. 3. Sujidade, sujeira, imundície. 4. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. 5. Restr. Resíduos que resultam de atividades domésticas, industriais, comerciais, etc. 6. Fig. V. ralé (1). (Novo Aurélio Século XXI- Ferreira: 1999)

Além do termo “lixo” ser rejeitado em razão das conotações negativas que a palavra traz, deve-se mencionar, também, que, semanticamente, ele só é aplicável a quem o descarta. Para as pessoas que recolhem o material e lhe dão um destino diferente do descarte, o termo “lixo”, no estrito sentido do termo, não é correto, já que se trata precisamente do material que irá ser aproveitado para lhes prover o sustento. Num certo sentido, o “lixo” de alguns é o sustento de outros, tanto diretamente, como no caso dos catadores que pegam restos de comida, como no caso dos que apreendem o “lixo reciclável” e o transformam em “material reciclável”⁷.

De fato, o aparente simples ato de os catadores pegarem esses resíduos já promove uma verdadeira transformação no *status* do que foi jogado fora: o que *era* lixo passa a ser algo não só *reciclável*, mas que irá, de fato, ser *reciclado*: ainda que, intrinsecamente, antes da coleta, o lixo já seja dotado desse estatuto de “reciclável”, trata-se, até então, de uma mera potencialidade, que poderá ou não ser realizada. **E é**

⁷ Embora aqui se privilegie a atuação dos catadores no âmbito da coleta do material reciclável, não se pode deixar de levar em conta que, durante muito tempo existiu a imbricação da atividade de catação de recicláveis a de restos de alimentos e, embora se possa esperar que essa atividade tenha diminuído muito, tampouco existe a comprovação de que ela tenha sido extinta no Brasil.

precisamente a atuação do catador que condiciona a realização dessa possibilidade.

Embora o catador não represente o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo (condição de *lixo*) e a sua reutilização na indústria, é ele quem promove a transformação do *status* do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização pelo consumidor, o material reciclável *como tal* é, de fato, criado pelo catador.

3.1- Do lixo à mercadoria

Assim, quando é objeto da ação do catador, o lixo passa a ter *status* de mercadoria, ilustrando a definição de mercadoria de Arjun Appadurai, associada à transitoriedade do estado das coisas. Segundo o autor, “as coisas entram e saem do estado de mercadoria” (APPADURAI, 2010: 27), e, a partir dessa concepção, ele propõe que as mercadorias sejam definidas como “coisas que, numa determinada *fase* de suas carreiras e em um contexto particular, preenchem os requisitos da candidatura ao estado de mercadoria” (idem, p. 29). Para ser mercadoria, assim, o objeto em questão precisa estar inserido num contexto mercantil, através do qual pode ser estabelecido “o vínculo entre a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira” (idem, p.30).

Uma concepção de mercadoria como um estado mais transitório que definitivo é compartilhada por Kopytoff (2010), que concebe a mercantilização mais como “um processo de transformação do que um estado de “ser ou-não-ser” (KOPYTOFF 2010:100). O autor explicita a possibilidade de algo ser mercadoria ocasionalmente, bem como de ser visto por alguém como mercadoria, mas percebido por outrem como dotado de algum outro *status*. No caso aqui abordado, é, como já mencionado, o fato de o lixo ser visto como “mercadoria potencial” pelos catadores que irá propiciar que ele seja transformado efetivamente em mercadoria.

Se adotarmos a definição clássica de mercadoria proposta por Marx, segundo a qual os atributos necessários para que algo possa ser considerado pertencente a tal categoria são o valor-de-uso e o valor-de-troca (Marx, 2004) observamos que é a utilidade adquirida pelo lixo que o leva a ser passível de ter sua condição modificada para aquela de mercadoria. Uma vez dotado do atributo de algo potencialmente útil

portanto, dotado de valor – de - uso), e, em seguida, ao ser apreendido pelos catadores para ser comercializado na cadeia de reciclagem, (ou seja, possuindo, também, valor - de- troca), o material passa a ser mercadoria no sentido marxiano. Nas palavras de Marx, “(as coisas) só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor” (MARX, 2004: 69). Ao reinserir o material no ciclo de comercialização, o catador realiza a utilidade potencial que ele possui, ao mesmo tempo que evidencia o valor – de – troca que ele pode ter, através do qual garante a sua sobrevivência. É assim que ocorre o processo de ressignificação do lixo (algo *inútil*,) em mercadoria (algo *útil*, dotado de valor-de-uso e de valor-de-troca).

Segundo a conceituação de Simmel, para quem a fonte do valor das coisas reside no desejo das pessoas de obtê-las (SIMMEL: 1971), podemos dizer que, após passar pelo processo de reciclagem e se tornar um novo produto, o lixo passa do *status* de algo desprezado (portanto, não-desejado por quem o descarta) para o de algo desejado, passando, então, à condição de coisa que tem valor. Observa-se, assim, que, de acordo com diferentes definições de “mercadoria” (Appadurai e Marx) e da origem do valor que as dota (Marx e Simmel), a transformação propiciada pela atuação dos catadores é radical, significando, do ponto de vista do consumidor, a passagem de um extremo a outro na escala de valorização das coisas.

É precisamente a utilidade do material que é levada em conta por lideranças e também oficialmente pelo MNCR para distinguir as categorias “lixo” e “material reciclável”, distinção que servirá como suporte para que os catadores se autodenominem “catadores de material reciclável”.

4- Educadores ambientais ou O direito à coleta seletiva

Ao exercerem sua atividade tendo como objetivo imediato a sua sobrevivência, os catadores acabam por realizar um serviço de utilidade pública, tanto no âmbito da coleta do lixo como no campo da reciclagem de materiais que, caso fossem descartados, ocupariam espaço de aterros e lixões, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte. Benefícios para o meio-ambiente, ou, em outras palavras, para a natureza e para a sociedade, surgem, assim, como uma espécie de “efeito colateral positivo” do trabalho dos catadores. Assim, é interessante

notar o fato de que uma das prescrições incorporadas ao ascendente paradigma ambiental no plano de um discurso considerado correto e recomendável por um crescente número de setores da sociedade contemporânea, qual seja, a realização da coleta seletiva, originou-se da necessidade de sobrevivência de grupos excluídos de uma condição de reprodução da vida assegurada com base nos valores dominantes da sociedade. Os catadores que, no passado, muito antes da instituição da *coleta seletiva* como categoria, realizavam a atividade de separação dos resíduos, foram, então, os pioneiros desse ecologismo urbano referente ao lixo.

Cabe, aqui, então, nos debruçarmos sobre uma das questões norteadoras do presente trabalho: os catadores teriam consciência desse efeito? Como se daria a relação deles com a ação de realizar um serviço de utilidade pública, isto é, haveria reivindicações expressivas pelo reconhecimento de tal trabalho junto ao poder público e também junto à sociedade de uma forma mais geral? Abaixo, refletimos um pouco a respeito de tais questões.

As falas das lideranças aqui entrevistadas, dona Geralda, Madalena e Gilberto, expressam uma clara reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pelos catadores. Veja-se a seguinte passagem da entrevista de Madalena:

Eu vim de uma história de catação, meu pai foi sucateiro, catador, conheci as pessoas que eu ia pro lixão, era as catadoras mais antigas da minha cidade, que hoje já faleceu, mas é histórico na minha cidade isso, e a gente espera que os governantes consiga fazer as leis, que a gente também não quer um país sem lei, né, mas que a gente também consiga ser inserido dentro dela, da lei.

(...)

(...)E também com essa nova lei aí, essa organização da logística reversa, também é um desafio, porque têm muitos empresários que às vezes não vê o catador, não enxerga o empreendimento como um empreendimento organizado, já quer fechar contratos e convênios com empresas privadas, e a gente sabe que isso aí é mais um novo desafio pra todos nós catadores (...). A gente também já têm boas experiências de contratação de serviço, de prestação de serviço, de fazer os contratos com as cooperativas e com as associações, isso aí, a partir de agora a gente tem que acompanhar de perto essas novas regras da lei nacional. Porque a gente vai passar por muito desafio, a gente sabe disso. Mas a gente vai tentar dialogar, né, ver de que forma os catadores pode também estar junto, seja aí, se a incineração não vai ser barrada, ou a gente não consiga, mas de que forma vai ser negociada, que os catadores fiquem com a coleta seletiva, por direito, porque eles trabalham com isso há longos anos. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011).

Observamos claramente que, na fala da entrevistada, é marcante a reivindicação pela apropriação oficial (no âmbito das políticas públicas referentes à Lei Nacional dos Resíduos Sólidos) da coleta seletiva por parte dos catadores, justificada no campo do “direito”, uma vez que eles “trabalham com isso há longos anos”. Tal reclamação é, então, embasada na experiência histórica pioneira do grupo na atividade, como se pode ver claramente na fala acima.

O papel pioneiro dos catadores na separação dos materiais que constituem os resíduos também é destacado por Gilberto, como podemos ver a seguir:

A coleta seletiva tem mais de cem anos. (...) A coleta seletiva já existe há muitos anos, muitos anos, só que oficialmente não, né. Agora, assim, a gente acha que criou-se, a gente espera que não seja um modismo, criou uma coisa que é a coleta seletiva, ecologia(...) Isso é bom também. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011).

Gilberto ressalta, assim, que a atualidade do nome “coleta seletiva” não significa que a atividade de separação do material oriundo do lixo seja recente. De fato, como já apontado, os catadores, que já realizavam a atividade antes de ela ser “batizada” como “coleta seletiva” são, devido a uma estratégia de sobrevivência, os descobridores da possibilidade de aproveitamento/ transformação do material.

Nesse sentido, a atividade dos catadores se aproxima muito do que Joan Martinez Allier (2009) denomina “o ecologismo dos pobres”. Para o autor, o conflito inevitável entre a ordem econômica dominante e o meio-ambiente dá espaço para a constituição do que seria uma terceira corrente do movimento ambientalista, caracterizada, precipuamente, “não (por) uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, (por) um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência” (ALLIER: 2009: 34). A ética deste segmento, ainda nas palavras do autor, “nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos” (idem).

Ainda segundo o autor, em muitos dos diversos contextos que constituem tal corrente “os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista” (idem: 39). No caso dos catadores, observamos que, inicialmente, não há, de fato, a formulação desse discurso. É mais recentemente que a *bandeira ambiental* é incorporada ao discurso de reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pela categoria. Assim, no caso das lideranças entrevistadas, a percepção da prestação de serviços

ambientais é nítida, mas parece de fato ter vindo depois, como podemos perceber nas falas transcritas abaixo:

Hoje, o papel dos catadores há longos anos, a gente já presta um serviço ambiental, há muitos anos. E a gente, por falta de informação, por falta de capacitação, a gente não via, muitos catadores não viam isso. Hoje, depois dos programas do governo federal, do governo estadual, das instituições apoiadoras dos catadores, do movimento, a gente começou a ver isso de outra forma, ver a valorização do nosso trabalho, ver o quanto que o catador é importante no meio-ambiente e na sociedade, e pra sociedade em geral. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Aí depois de uns anos é que veio o meio-ambiente. Aí nós fizemos passeatas, muitas passeatas, pra conseguir aquele galpão que a gente tem na Contorno, foi no tempo do Patrus, que implantou a coleta seletiva, que deu reconhecimento ao catador. Mas foi muita luta, até hoje nós tamos na luta, né... Agora, com a questão do meio-ambiente, as pessoas agora têm visão de meio-ambiente, catador também sabe, né, que ele tá preservando o meio-ambiente, e nossa vida muda. Mas não foi fácil, foi muito difícil. (D. Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Merece destaque, aqui, a afirmação de Dona Geralda: “as pessoas agora têm visão de meio-ambiente, catador também sabe, né, que ele tá preservando o meio-ambiente, e nossa vida muda”. A entrevistada estabelece, aqui, uma correlação entre a ascensão do *discurso ambiental* na sociedade e a valorização dos catadores.

A esse respeito, cabe afirmar ainda que, se, por um lado, a ascensão do discurso ambiental colaborou para que muitos catadores adquirissem consciência acerca da importância da realização da coleta seletiva, foi também a ascensão desse paradigma que levou, indiretamente, outros setores da sociedade a descobrirem a sua importância econômica, fato que nos ajuda a entender o esforço do MNCR em reivindicar o “direito à coleta seletiva”, já que este parece vir sendo ameaçado pela descoberta recente das possibilidades de valorização dos resíduos. Assim, é possível entender a seguinte fala de dona Geralda:

Aí eu tenho medo também da perca, né. Tudo que valoriza muito perde, né. Então a gente quer segurar isso na nossa mão. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Em uma das conversas que tive com Cleide, ela me relatou que, nos últimos meses, alguns locais onde há grande descarte de recicláveis, como shoppings e empresas, interromperam a doação do material para associações de catadores e passaram a revendê-lo para os grandes aparistas, ficando com o lucro obtido. Esse

exemplo demonstra o quanto os temores de dona Geralda, bem como a ênfase do movimento na questão, são justificáveis.

Por outro lado, cabe também considerar que, diante do fato de a prescrição da coleta seletiva e a sua prática estarem longe de serem ainda majoritariamente difundidas na população, os catadores se defrontam com um prejuízo oriundo de motivo oposto àquele mencionado acima: o fato de muitas pessoas não separarem o material, ainda que diante de facilidades para fazê-lo, como descreve Cleide:

Aí tem local que o pessoal já separa o material adequadamente, aí nós temos coleta lá nas gaiolas. Aí dentro da gaiola o pessoal joga o lixo, joga o material da coleta seletiva na lixeira...Aí a gente vê ainda a falta de educação e conscientização da comunidade...E precisa ser feita uma campanha de orientação até o pessoal aprender realmente a necessidade da gente ter a coleta seletiva. (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

Observa-se que a catadora assume o papel de “educadora ambiental”, quando afirma que “precisa ser feita uma campanha de orientação até o pessoal aprender realmente a necessidade da gente ter a coleta seletiva”. Cabe ainda mencionar que esse papel também é apropriado e utilizado pelo MNCR em apresentações realizadas para catadores em cursos e oficinas de capacitação.

A apropriação pelo MNCR e também por políticas governamentais do catador como “agente ambiental” e “educador ambiental”, vem sendo, assim, incorporados em eventos como cursos e seminários, bem como em políticas públicas. A reivindicação do direito à coleta seletiva pelo grupo adquire, assim, novos contornos.

5- Sob o signo da liminaridade: os catadores e a sociedade brasileira

Cumprе ressaltar, então, mais uma vez, o fato de os catadores, originalmente trabalhando no único serviço disponível para realizar sua sobrevivência (veja-se, nas entrevistas, os casos de dona Geralda e Madalena), escolhendo-o diante das opções disponíveis (caso de Alair), ou, ainda que exercendo outros serviços, tirando dele a sua principal fonte de sobrevivência (caso de Gilberto) terem, recentemente, se apropriado da bandeira ambiental e virem, então, ultimamente, exercendo o papel de “educadores” em relação à sociedade. O caso de Cleide, a única de nossos entrevistados a entrar recentemente no ramo da catação de materiais recicláveis, ilustra bem essa mudança, já

que ela, como apontado acima, assume tal papel não obstante o seu ingresso recente no trabalho.

É, assim, de maneira antitética que muitos catadores estão historicamente excluídos do sistema econômico como consumidores (por receberem remuneração muito baixa) e como trabalhadores formais ou que realizem outros serviços legitimados pela sociedade, como o de empregada doméstica, ao mesmo tempo em que constituem um elo fundamental na cadeia econômica da reciclagem, já que são os responsáveis pela transformação do lixo em mercadoria, sendo, num certo sentido, os próprios criadores de tal mercado.

Nesse sentido, os catadores se encontram em uma situação paradoxal, como tantas vezes já afirmado aqui: elo fundamental na concretização da cadeia econômica da reciclagem, deixam, muitas vezes, de ter acesso aos próprios produtos criados por ela; vistos, muitas vezes, pela população sob o estigma da sujeira, se representam como os que “educam” as pessoas a não jogarem o lixo na rua; tratados, historicamente, pelo poder público como marginais, chegando, inclusive, a serem alvo de ações repressoras como as relatadas acima, vêm sendo, recentemente, considerados por várias instâncias das esferas governamentais como “agentes ambientais” e “educadores ambientais”; apesar do histórico estrutural de *exclusão* e marginalização, expresso, ainda, por ações de prefeituras municipais que não os veem como parceiros, e sim como inimigos, vêm sendo alvo, também, de tentativas de *inclusão* através da Política Nacional de Resíduos Sólidos⁸ e de várias ações efetuadas por agentes do poder executivo.

É, então, sempre entre os signos de uma exclusão explícita e de uma inclusão indireta ou incipiente que os catadores se situam na sociedade, o que nos leva, então, a evocar fortemente o conceito de liminaridade conforme proposto por Turner (2008) para elaborar uma abordagem teórica relativa às posições ocupadas pelos catadores na sociedade. A partir de ideias inicialmente introduzidas por Van Gennep (2011), que demonstrou a existência de um período liminar no estudo de diversos rituais, Turner

⁸ Em agosto de 2010, foi sancionada a Lei Nacional dos Resíduos Sólidos, que traz deliberações explícitas relativas à inclusão de cooperativas dos catadores em Planos de Coleta Seletiva e, em âmbito geral, nas ações voltadas à responsabilidade compartilhada dos resíduos.

utiliza o conceito de liminaridade para representar também “o ponto intermediário numa entre duas posições da sequência de status” na estrutura social (Turner: 2008: 221). O autor considera, ainda, a possibilidade incipiente de utilizar o conceito para se descrever também um *estado*, e não apenas uma *passagem*. (idem, 243).

A contraposição entre catadores e sociedade, representando, respectivamente, o limiar da estrutura social e a própria estrutura⁹, conforme caracterizado por Turner, é expressa na desavença relativa à própria denominação do grupo: para a maior parte da sociedade, são “catadores de lixo”; para eles mesmos, conforme apontado diversas vezes, são “catadores de materiais recicláveis”. A diferenciação realizada nesse sentido pelos catadores expressa não apenas uma reivindicação por respeito e reconhecimento, como também já apontado, mas, também, uma contraposição em relação à sociedade no que diz respeito ao tratamento dos resíduos, como podemos ver claramente nos discursos do movimento nacional dos catadores.

Diante do quadro recente da ascensão da bandeira ambiental, da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e da organização dos catadores em movimentos de reivindicação junto à sociedade e ao poder público, cabe indagar, ainda, se os catadores atingirão, na sociedade brasileira, uma nova e mais elevada posição.

Em outras palavras, a questão, aqui, é saber se os catadores chegarão à terceira fase descrita por Turner (reintegração), adquirindo o “novo poder” da vida pós-liminar”(TURNER: 2008: 240, 241) ou se permanecerão na liminaridade como *estado*. Em outras palavras, o “empoderamento” possibilitado com o fortalecimento da categoria dos catadores (tanto internamente, via MNCR, como externamente, via cursos de capacitação, etc.) consegue promover uma mudança no tocante às relações dos catadores com a sociedade brasileira? Embora não seja possível aqui responder a tal questão, façamos, a respeito, algumas considerações no âmbito das relações sociedade/catadores de materiais recicláveis que podem auxiliar em nossas reflexões.

Cabe mencionar, aqui, a diversidade de contextos vividos pelos catadores no país. Conquanto muitos deles sejam caracterizados por situações de extrema

⁹ O conceito de estrutura utilizado por Turner se refere a uma noção da sociedade “enquanto um sistema diferenciado, segmentado de posições estruturais” (TURNER: 2008: 221).

precariedade, em alguns casos sobressaem condições de maior dignidade e reconhecimento, como o caso da Asmare. Mesmos em tais situações, muitos catadores continuam, ainda, lutando por mais melhorias. Veja-se, por exemplo, a seguinte fala de Dona Geralda:

A gente trabalha tantos anos sem ser remunerado. E precisa, né. Pra acabar com essa pobreza, só existe uma coisa: material reciclável. Porque tem muita gente que não tem estudo, não tem oportunidade de estudar, mas material reciclável dá essa oportunidade, e vive com dignidade igual qualquer um, né? É o trabalho de igual a qualquer um. (D. Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011).

Para que o trabalho como catador seja efetivamente validado pela sociedade como “o de igual a qualquer um”, fazem-se necessárias, no entanto, diversas mudanças, algumas já evocadas pela própria dona Geralda na fala acima. É necessária, por exemplo, uma remuneração mais digna (pois tanto para os catadores associados como para os não-associados ela é, via de regra, ainda muito baixa) para que o binômio catador/ cidadão não se configure como antinomia, e sim como síntese. Tanto os que trabalham na catação por não terem tido outras alternativas (casos, por exemplo, de Madalena e dona Geralda) como aqueles que escolhem essa profissão em meio a outras possibilidades (casos de Alair e Cleide) devem ter seu trabalho valorizado, respeitado e realizado em condições dignas para que ele se efetive como “um trabalho igual a qualquer um”, não mais característico de “uma situação muito precária”.

Cabe ressaltar, então, alguns fatores que contribuíram para que tal mudança ocorresse: assim, demos destaque à organização dos catadores em associações, cooperativas e no MNCR, como passo importante para a busca do reconhecimento e da valorização do grupo; também é importante considerar que, ao significar uma verdadeira revolução legal no que se refere à destinação dos resíduos e, ao propor, especificamente, a “inclusão” dos catadores, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos pode dar ensejo para mudanças importantes tanto num sentido mais geral das relações da sociedade com o lixo gerado como, potencialmente, nas relações entre catadores e sociedade.

A ascensão de preocupações recentes na sociedade brasileira com a chamada *questão ambiental* também recebeu ênfase aqui, principalmente no que concerne ao

potencial reconhecimento que pode advir em relação ao trabalho prestado pelos catadores, muitos dos quais, notadamente através do MNCR, já vêm exigindo da sociedade tal reconhecimento, como pudemos ver.

Todos esses acontecimentos podem, como já mencionado, contribuir fortemente para que ocorra uma significativa mudança no âmbito das relações dos catadores de materiais recicláveis com a sociedade brasileira. Se efetuado o reconhecimento reivindicado pelos catadores, tal mudança significaria a ocupação, por parte do grupo, de uma posição caracterizada por mais valorização, melhor remuneração e menos preconceitos em relação à sua situação anterior, marcada, em muitos aspectos, pela exclusão e pela liminaridade, como já referido.

No entanto, é preciso considerar, também, que diversos aspectos cristalizados na sociedade dificultam ou mesmo podem impedir a efetivação da mudança aqui aventada. A permanência de um modelo econômico assentado no crescimento sem limites, bem como a prevalência, em muitos setores, de um pensamento que privilegia como valor o consumo, desconsiderando a relevância de práticas como a da reciclagem para minimizar os efeitos adversos daí advindos, bem como os interesses de outros grupos econômicos envolvidos são fatores que devem ser mencionados no âmbito mais geral. No que se refere especificamente à relação sociedade/ catadores, deve-se mencionar que as situações históricas de preconceito e marginalização sofridas pelo grupo se fazem presentes ainda em diversas localidades, como já apontado aqui.

É preciso, ainda, trazer à tona uma lacuna não desprezível de algumas políticas públicas direcionadas aos catadores: elas são, em geral, orientadas exclusivamente para os catadores organizados, havendo, quando muito, para aqueles não organizados em associações/ cooperativas, um estímulo para que se associem. Não obstante a importância da presença, nas políticas públicas, do reconhecimento, apoio e estímulo às organizações de catadores, também é imprescindível considerar que muitos catadores permanecem sem o desejo de se juntarem a associações ou cooperativas, e sua escolha deve ser respeitada. Exercendo o trabalho de catar materiais, são tão dignos de respeito, reconhecimento e apoio como aqueles que se encontram organizados. Sua situação chega a ser, muitas vezes, mais vulnerável: veja-se, por exemplo, o caso de Alair, que

recebe remuneração insuficiente para o transporte diário de casa até o local de trabalho, um dos fatores que o leva a dormir na rua. A nosso ver, casos como o de Alair deveriam estimular as prefeituras a fornecer para os catadores uma ajuda de custo, incluindo vale transporte e alimentação, considerando que eles realizam um serviço de utilidade pública.¹⁰

Para concluir, gostaríamos de nos voltar uma última vez para a virtualidade da mudança aqui aventada. Se ela se efetivar, ou seja, se os catadores passarem a ser reconhecidos pela sociedade como prestadores de um serviço importante e receberem por isso uma remuneração justa, deixando de ser vítimas frequentes de preconceitos, poderemos dizer que nos encontraremos, então, numa situação de mudança estrutural, conforme também mencionado teoricamente por Turner.

Assim, se a reciclagem, efetivamente “der poder” aos catadores, eles poderão, enfim, sair do status liminar e passarem a um novo estado na sociedade, no qual estarão, então precisamente como afirma o autor, dotados de “um novo poder, adquirido pela fraqueza da liminaridade que se tornará ativo na vida pós-liminar” (pois não é, exatamente, a absorção de um conhecimento relativo à reciclagem para fins de sobrevivência o que mais especifica os catadores e os possibilita viver tanto tempo nos limiares da sociedade?).

Por outro lado, se tais mudanças não forem concretizadas, seja em virtude dos obstáculos já mencionados aqui ou daqueles que advirão potencialmente, como aventa a própria Madalena (“Muita coisa foi conquistada. Mas muita ainda tem que ser conquistada, e muitas lutas virão, e a gente tem que estar atento por elas, por esses desafios...”) a liminaridade permanecerá, então, como um *estado*, até que condições para efetivar a passagem possam um dia surgir na sociedade.

Esperar e contribuir para que elas surjam o mais rápido possível, e para que a passagem ocorra com justiça reconhecidora do trabalho e dos direitos dos catadores,

¹⁰ O Programa Bolsa Reciclagem, criado pelo governo do estado de Minas Gerais em novembro de 2011, parece abarcar essa concepção; no entanto, a criação do Programa é muito recente para que possa ser feita uma avaliação a respeito de suas ações; além disso, ao que tudo indica, ele contemplará associações e cooperativas, mas não os “catadores individuais”.

efetivando, assim, também a mudança para uma sociedade globalmente mais justa e sustentável, é o que é necessário fazer.

Referências

-ALLIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.

- APPADURAI, A. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____. **A vida social das coisas**- as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 15-87.

- CALVINO, I. **Todas as cosmicômicas**. Tradução de Ivo Barroso e Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

-DAMATTA, Roberto [(1974) 1978]. O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'. In NUNES, E. (org.): **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- DIAS, S. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. 2002. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

- DIAS, S. Lixo e Cidadania: Os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no catador da ASMARE. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, XIII, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002a.

- DIAS, S. M. **Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa**. 2009. 391f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

- DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

- DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. Tradução: Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto, sob orientação do Conjunto de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Perspectiva, 2010.

-FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

-FREITAS, M. V. **Entre ruas, lembranças e palavras**- a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

- FRÚGOLI Jr., H. O urbano em questão na Antropologia: interfaces com a Sociologia. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 48, n.1, p. 133-165, 2005.

- KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas. In: _____. **A vida social das coisas-** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 89-121.
- LANNA, M. **A dívida divina**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- MAGALHÃES, B. **Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- MARX, K. **O capital**-crítica da economia política. Livro 1, volume 1. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MNCR- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Programa de luta e organização nas bases do Movimento, acesso em 18/03/2012Disponível em <http://www.mnccr.org.br/>. Acesso em 19 mar 2012.
- RIAL, C. Pesquisando em uma grande metrópole: fast-foods e *studios* em Paris. In: VELHO, G; KUSCHNIR, K (orgs.). **Pesquisas urbanas-** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 69-98.
- SIMMEL, G. Exchange. In: _____.**On individuality and social forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- TURNER, V. Passagens, margens e pobreza: símbolos religiosos da *Communitas*. In: TURNER, V. **Dramas, campos, metáforas- ação simbólica na sociedade humana**. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói, EdUFF, 2008, p. 215-252.
- VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VELHO, G. Observando o familiar. In: _____. **Individualismo e Cultura-** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008.
- VELHO, G. O desafio da proximidade. In: _____; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas urbanas-** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 11-19.